



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Câmara Municipal de Jataí - GO



PROTOCOLO GERAL 802/2019
Data: 18/10/2019 - Horário: 11:05
Administrativo - RL 1/2019

AO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE
JATAÍ, ESTADO DE GOIÁS,

Processo Ético Disciplinar 003/2019
SIGEP nº: 484/2019

**RELATÓRIO FINAL - VOTO DIVERGENTE- APURAÇÃO DE ATOS DE INFRINGÊNCIA
À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR COMETIDO PELO VEREADOR GILDENÍCIO
FRANCISCO DOS SANTOS**

LUIZ CARLOS CABRAL DOS ANJOS, vereador Presidente do Conselho de Ética da Câmara Municipal de Jataí, **Relator nesse Voto de Divergência**, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente instrumento, apresentar **PARECER FINAL**, nos termos dos artigos 22 e 23 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), com a apuração de atos de infringência à ética e ao decoro parlamentar cometida pelo vereador afastado **GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS**.

DO PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR

Foi declarada constituída no dia 24 de abril de 2019 na Presidência da Câmara Municipal de Jataí, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma da Resolução 12/2009 –



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Código de Ética e Decoro Parlamentar, onde ficaram eleitos para a sua composição o vereador Pastor Luiz Carlos Cabral dos Anjos, na qualidade de presidente, o vereador Major David Pires, na qualidade de relator, o vereador Thiago Silvestre Maggioni, na qualidade de membro, e a vereador Maria Aparecida Rodrigues da Silva Assis, na qualidade de suplente.

Através da Petição **003/2019**, Protocolo Geral **AD 375/2019**, (fls. 02), anexado aos autos, foi determinada a Instauração de **Procedimento Investigatório Preliminar 003/2019**, SIGEP 484/2019, em desfavor do vereador **GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS**, provocado através de Memorando nº 18/2019, que trouxe ao Conselho de Ética a decisão judicial prolatada nos autos do Processo nº **5234771.57.2019.8.09.0093** em desfavor do parlamentar supracitado, em trâmite na 2ª Vara Cível, Fazenda Pública desta comarca de Jataí, onde o mesmo estaria sendo afastado de suas funções parlamentares pela possível prática de atos de improbidade administrativa.

A instauração do procedimento investigatório preliminar, provocada pelo memorando nº 18/2019, se deu com fulcro no artigo 16, parágrafo único da Res. 12/2009, cuja redação diz:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ético.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de "**fato que infrinja a ética ou o decora parlamentar**", e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009, instaurou Procedimento Investigatório Preliminar (PT 3/2019 – Protocolo Geral AD 0000375/2019, Publicado em 09/05/2019, através nº 000785-DA).

Junto ao memorando nº 18/2019 foi anexado a cópia integral da petição inicial da Tutela Cautelar Antecedente em Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Improbidade Administrativa, promovida em desfavor do vereador representado, bem como da decisão cautelar que determinou o afastamento do mesmo de suas funções parlamentares por 180 dias.

SÍNTESE DA REPRESENTAÇÃO

O procedimento Investigatório Preliminar que finalizou com o Relatório Preliminar recebido e aprovado pelo Conselho de Ética em **28/08/2019**, verificou fortes indícios de que o Vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS, teria cometido atos atentatórios ao DECORO PARLAMENTAR, na forma da Resolução 012/2009 (Código de ética e Decoro Parlamentar), por envolvimento deste em atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, conforme provas produzidas nos autos de n. 5234771.57.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública Municipal desta Comarca, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás.

O Relatório Preliminar (que antecedeu o início da instrução do presente feito) e a Representação apresentada pela Mesa Diretora em 06/08/2019, se sustentam nos fatos narrados pelo MP/GO em sua petição inicial, que em apertada síntese afirma **que o representado reiteradamente, auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo em virtude de ter solicitado e recebido dos servidores lotados em seu gabinete parte da remuneração deles.**

Nesse sentido, o Relator Solicitou em 13/05/2019 (doc. anexo) através de Ofício 003/2019 CE, ao MM juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Jataí, cópia integral dos autos, para uso como prova emprestada no presente processo ético disciplinar, o que foi concedido em 16/05/2019 (doc. anexo), através de código de acesso disponibilizado nos autos deste processo ético disciplinar.

Nas provas obtidas e apresentadas, verifica-se diversos depoimentos de servidores lotados no gabinete do Vereador, ora representado, que o mesmo exigia a



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

devolução de parte da remuneração dos mesmos, e dessa foram teria auferido vantagem indevida.

Desse modo, após apresentarmos a síntese dos fatos apontados na representação parlamentar, que tem por fundamento os fatos narrados na ação de judicial, passaremos a expor o cometimento de infração ao conjunto de regras morais, legais e éticas pelo vereador Representado.

SÍNTESE DA DEFESA PRÉVIA

Como visto no mérito da defesa prévia o Representado alegou a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade administrativa.

O Representado narrou que a competência da Câmara de Vereadores se limita apenas as infrações de cunho político, não abrangendo infrações de cunho patrimonial, penal, popular, fiscal, e por improbidade administrativa como decorre no presente caso.

No bojo da defesa prévia o Representado também aduziu que é incumbido apenas ao poder judiciário o processamento de atos tidos como ímprobos, segundo normatização da Lei 8.429/92, sendo parte legítima para a propositura das demandas que veiculem a prática de atos de improbidade o Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público diretamente interessadas, conforme artigo 17 da referida lei.

O Representado também alegou que a Resolução 12/2009 bem como o Regimento Interno desta casa legislativa trata de infrações de cunho político passíveis de perceber denuncia, não veiculam nenhum ato por ele praticado que possa configurar quebra de decoro parlamentar, e que a representação nada aponta nesse sentido.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Ainda no bojo da defesa prévia o Representado alega que os fatos narrados na representação inicial não configuram atos de improbidade, pois carecem de requisitos mínimos previstos em lei.

Foi também narrado pelo Representado que a discricionariedade do vereador em nomear assessores não pode atingir o patamar da improbidade, que seja sanções tão severas ao agente público. Posteriormente ainda aduz que inexistente dolo, inexistente má-fé, e inexistente dano ao erário.

Por fim, o representado requer o acolhimento das preliminares e do mérito, e a consequente improcedência da demanda, para que ele possa exercer, sem qualquer óbice, o mandato que lhe fora outorgado pela população desta cidade de Jataí.

DA AÇÃO JUDICIAL QUE FUNDAMENTA A REPRESENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na fundamentação fática e jurídica que embasa o presente parecer final, cumpre inicialmente apresentar a síntese da ação judicial de improbidade administrativa proposta em desfavor do vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS, que serve de fundamento para a Representação por Quebra de Decoro Parlamentar.

O Ministério Público do Estado de Goiás através das apurações feitas no inquérito civil 25/2014, promoveu em face do Representado uma ação civil pública de imposição de sanções por atos de improbidade administrativa, protocolada sob o nº 5234771.57.2019.8.09.0093, em trâmite na 2ª Vara de Cível, Fazendas Públicas desta comarca de Jataí/GO, onde aponta que o vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS, usou o cargo por ele ocupado para angariar parte das remunerações dos servidores do seu gabinete.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O Ministério Público narrou que o vereador solicitava a nomeação dos servidores de seu gabinete, e assim utilizava seu poder de nomeação e exoneração para fazer com que seus assessores entregassem parte de seus salários.

Assim, o Ministério Público concluiu pela prática de atos de improbidade administrativa nos moldes do artigo 9º, inciso I, e 10ª, inciso I, ou subsidiariamente no artigo 11, todos da lei 8.429/92, com a aplicação das sanções respectivas, em especial a perda definitiva da função de vereador; a recomposição do dano ao erário; a perda dos valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio; a imposição de multa civil, e a suspensão dos direitos políticos.

O Ministério Público ainda requereu liminarmente o afastamento do vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e a decretação de indisponibilidade de bens. Os pedidos liminares foram recepcionados pelo juiz Thiago Castelliano.

DA DEVIDA OBSERVAÇÃO DO PROCESSO LEGAL PELA COMISSÃO

Em sede de defesa prévia o Representado apresentou como um dos pedidos finais o requerimento para que seja decretada a nulidade processual desde a notificação por cerceamento de defesa, bem como da repetição do ato e da devolução para apresentação de nova prova escrita.

Como visto no presente processo o Representado após apresentar a defesa prévia e impetrar o Mandado de Segurança de nº 5288561.45.2019.8.09.0093 (onde foi proferida decisão autorizando o seu acesso nas dependências da Câmara de Vereadores exclusivamente para cuidar da sua defesa técnica), foi notificado por esta Comissão de Ética e Decoro Parlamentar sobre o deferimento da DEVOLUÇÃO DO PRAZO de 15 (quinze) dias para a sua manifestação inicial.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O Representado então apresentou nova defesa prévia requerendo mais uma vez a nulidade processual por cerceamento defesa.

Ora, se houve a reabertura do prazo para a apresentação de uma nova defesa prévia, após o acesso do Representado ao inteiro teor do presente processo com a obtenção de todas as informações necessárias para instruir a sua defesa, verifica-se que INEXISTE A CARACTERIZAÇÃO DO CERCEAMENTO DE DEFESA.

Nesse passo, o presente processo político-administrativo encontra-se em regular processamento, pronto para julgamento, pois que até então foram observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, sem qualquer prejuízo à defesa do Representado.

A) AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA – PROCESSO INICIADO POR PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRELIMINAR (ART. 16 § ÚNICO RES. 012/2009) – SUPRIMENTO POSTERIOR AINDA POR REPRESENTAÇÃO DA MESA DIRETORA – LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA REPRESENTAÇÃO.

Com relação ao início do Processo de Perda de Mandato Parlamentar pelo Conselho de Ética, o Código de Ética da CMJ (Res. 012/2009), traz duas hipóteses de iniciativa do processo de perda de mandato parlamentar, a saber:

Art. 16. - Qualquer parlamentar pode representar, formalmente, perante o Presidente do Conselho de Ética, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código Ética.

Parágrafo Único - O Conselho de Ética poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.

Desse modo, o parágrafo único do art. 16 da Res. 012/2009 legitima que o Conselho de Ética dê início ao processo, porque ***“poderá instaurar procedimento investigatório preliminar, ao tomar conhecimento fato que infrinja a ética ou o decoro parlamentar.”*** Assim, com o memorando da presidência acompanhado da decisão judicial, o Conselho de Ética tomou conhecimento de ***“fato que infrinja a ética ou o decora parlamentar”***, e com fulcro no art. 30, inciso VIII, e no artigo 34, inciso III da Lei Orgânica Municipal, bem como art. 16, parágrafo único e art. 17 da Res. 012/2009, instaurou Procedimento Investigatório Preliminar (PT 3/2019 – Protocolo Geral AD



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

0000375/2019, Publicado em 09/05/2019, através nº 000785-DA), demonstrando total legalidade dos atos praticados desde então.

Como se não bastasse toda argumentação acima, que por si só legitima a iniciativa do processo em análise, o Relator do presente Processo Ético Disciplinar, realizou um despacho saneador em **01/08/2019**, a presidência da CMJ, oportunidade em que a Mesa Diretora da Casa, com fulcro nos artigos 55, §2º da CF de 1988, art. 14, §2º da Constituição do Estado de Goiás e art. 34, §2º da Lei Orgânica do Município de Jataí, apresentou Representação em desfavor do Ver. Gildenício Francisco dos Santos, em **06/08/2019**, ou seja, antes mesmo da aprovação do Relatório Preliminar.

Com isso, após a aprovação do relatório preliminar, quando efetivamente inicia o processo, com abertura da defesa prévia e início da instrução, *estava sanada a Representação, e, diga-se de passagem, tal saneamento foi realizado por maior cautela do Relator, uma vez que o art. 16, parágrafo único da Res. 012/2009 já legitima o início do procedimento investigatório preliminar, que finaliza com o relatório preliminar pelo recebimento e prosseguimento da representação.*

A defesa prévia do representado é formulado após o relatório preliminar, nesse momento já havia a caracterização dos fatos e condutos apontados como caracterizadores da Quebra de Decoro Parlamentar, e sobre estes fatos foram realizadas a instrução e deveria se manifestar a defesa, não havendo qualquer prejuízo defensivo, pois nesse momento já havia sido delineado todos os pontos necessários.

Ademais, o próprio Relator Major David pires, que em seu parecer final apontou um suposto vício na representação, esqueceu que o tema já foi trazido ao Conselho de Ética em seu Relatório Preliminar, feito pelo próprio Vereador, e aprovado a unanimidade em 28/08/2019, ou seja, nas páginas 02 e 03 do relatório preliminar **JÁ APROVADO** pelo Conselho de Ética e elaborado pelo mesmo, há a fundamentação do início do Processo Ético Disciplinar alicerçado justamente no Art. 16, §único da Res. 012/2009, ou seja, conforme acima explicitado, tendo sido esse tema já superado naquela oportunidade.

Além disso, a representação de caráter saneador alegada em seu parecer final já ocorreu antes mesmo do relatório preliminar, pois apresentada pela mesa diretora em 06/08/2019, mais de 20 dias antes do relatório preliminar ser aprovado. Ou seja, quando de sua elaboração já estava nos autos, porque não foi apontada no relatório a ilegitimidade da mesa para tanto? Porque não há, e ainda que houvesse, o que destacamos apenas em caráter argumentativo, tal representação é desnecessária no caso, pois conforme argumentação do próprio Relatório Preliminar elaborado pelo Ver. Major David e aprovado em 28/08/2019, o art. 16, §único legitima o início do procedimento ético disciplinar.

Talvez tenha havido um lapso de esquecimento do Relator em seu parecer final sobre este tema, uma vez que o mesmo de forma clara já tinha analisado em seu



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

parecer anterior e o tema estava assim superado e pode ser comprovado com mera consulta as páginas 02 e 03 do seu relatório protocolado em 26/08/2019 e aprovado em 28/08/2019.

A argumentação de ilegitimidade da Mesa Diretora não merece prosperar, pois tal legitimação Decorre da Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás e Lei Orgânica Municipal de Jataí, normas até mesmo de grau de hierarquia superiores a Res. 012/2009, senão vejamos:

destacamos que a Constituição Federal de 1988, art. 55, §2º, bem como a Constituição do Estado de Goiás, art. 14, §2º e a Lei Orgânica do Município de Jataí, art. 34, §2º, atribuem a legitimidade a Mesa ou partido político com representação na casa parlamentar, ou seja, denotando a total legitimidade da representação ora formulado, senão vejamos:

Constituição Federal:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, **mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

Já na Constituição Estadual, encontramos:

Art. 14 - Perderá o mandato o Deputado Estadual:

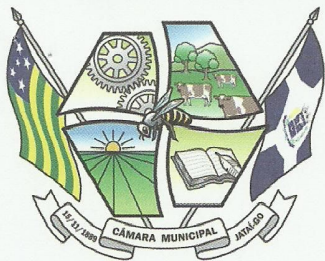
I - que infringir qualquer das proibições do art. 13;

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

II - que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

§ 1º São incompatíveis com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Deputados e a



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

percepção de vantagens indevidas.
- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora, de ofício ou mediante provocação de partido político representado na Assembleia Legislativa, assegurada ampla

defesa.
- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Art. 71. Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, aplicando-se-lhes as proibições e as incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto na Constituição da República para os membros do Congresso Nacional e nesta Constituição para os membros da Assembleia Legislativa.

- Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010.

Parágrafo único - A perda, extinção, cassação ou suspensão de mandato de vereador dar-se-ão nos casos e na forma estabelecidos nesta Constituição e na Legislação Federal.

No mesmo sentido assevera a Lei Orgânica do Município:

Art. 34. - Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II - tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III - utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

(...)

§ 1º - Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais.

§ 2º - Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato será declarada pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta de seus membros, mediante provocação da Mesa ou partido político.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e V, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representante da casa.

Por fim, nesse ponto, de acordo com as duas linhas de argumentação acima explicitadas, não houve nulidade ou vício processual referente a iniciativa/representação do presente



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

processo. Sendo estes os motivos de discordância do Relatório Final apresentado pelo Relator originário, e que motiva a apresentação do presente Relatório de Voto Divergente.

Nesse passo, não há motivo jurídico para alegar que houve vício de ordem processual ou procedimental, restando afastada qualquer ilegalidade.

B) DA AUSÊNCIA DO REPRESENTADO EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA

No dia 19/09/2019 houve audiência de instrução, com oitiva das testemunhas perante este Conselho de Ética. O representado, deixou de participar da audiência de instrução da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, porém como se sabe, a sua ausência não é impedimento para que a instrução seja realizada.

O Código de Ética e Decoro Parlamentar - Resolução 12/2009, não exige a obrigatoriedade do comparecimento do representado em audiência de instrução, sendo facultativa a sua presença, exigindo apenas que ele seja intimado 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, o que de fato ocorreu, conforme depreende-se dos autos.

No decreto lei 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, o seu artigo 5º, inciso IV demonstra claramente que não há obrigatoriedade da sua presença em audiência, vejamos a sua redação:

IV - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.

No presente caso, o Representado e seu procurador foram intimados, porém não compareceram em audiência **nem comprovaram devidamente impedimento até início da mesma.**



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O artigo 362 §1º do Código de Processo Civil é claro ao aduzir que se o impedimento para o acontecimento da audiência não for comprovado até a sua abertura, o juiz procederá a instrução. Vejamos a sua redação:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

I - por convenção das partes;

II - se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar;

III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

§ 1º O impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.

§ 2º O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

§ 3º Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas

Nesse passo, o Representado apresentou sua justificativa após as 14h do dia 19 de setembro do corrente ano, ou seja, mais de 5 (cinco) horas depois da hora agendada para o início da audiência de instrução, e o fez de forma indevida pelos seguintes motivos: Não protocolou na Câmara a justificativa, o fez através de simples e-mail enviado após as 14h. Além disso, no Atestado Médico não consta a Doença que o acometeu nem mesmo o número da CID, ou seja, não há no atestado esse elemento básico, tornando o mesmo inservível para este fim.

Como se não bastasse isso, mesmo o referido atendimento médico, ocorreu em Goiânia por volta das 9h28min, a mais de 300km de Jataí, onde ocorreu a audiência agendada previamente. Vemos no mínimo uma falta de preocupação com o processo, ou mesmo desdém, pois o parlamentar no dia de sua audiência estava há mais de 300km de onde a mesma ocorreria.

Ainda nesse sentido, mesmo o possível atendimento médico do parlamentar, não impediria que o mesmo fosse representado em audiência pelo seu advogado e bastante procurador. A demonstração maior de que o mesmo não fez nenhum esforço para exercer sua defesa neste dia, é que sua defesa arrolou **65 testemunhas, e pasmem, NENHUMA DELAS** foi devidamente intimada (ao menos não há nos autos tal



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

comprovação) e nem compareceram no dia e hora marcados, pois teriam sido ouvidas pela Conselho. Por óbvio, as intimações deveriam ocorrer previamente ao ato, pela defesa, o que não aconteceu, e suas testemunhas não foram ouvidas porque a defesa não as intimações das mesmas, tarefa esta de sua responsabilidade, conforme determina o art. 455 do NCPD.

Denota-se que o Conselho de Ética cumpriu seu dever em notificar o Representado, que tinha meios a disposição de exercer seu contraditório e não o fez, mais uma vez, buscando dificultar a conclusão da instrução, sem se defender dos fatos, apenas usando defesa retórica circunstancial.

Além dos argumentos acima, *não se amolda a hipótese do inciso II, pois ainda que justificado o impedimento previamente (o que não ocorreu) só impediria se a pessoa devesse "necessariamente participar" o que não é o caso, pois há a faculdade de sua presença não sendo a mesma obrigatória, a obrigatoriedade é que o mesmo seja notificado com pelo menos 24h de antecedência, o que ocorreu no caso, tudo em conformidade com art. 5º, IV do DL 201/67 de aplicável no que couber ao processo de perda de mandato dos vereadores. A audiência de instrução realizada sem a sua presença foi totalmente válida, não havendo que se falar em qualquer tipo de nulidade, até mesmo porque seu depoimento é facultativo, pois ele poderia estar presente e mesmo assim não querer prestar seu depoimento.*

DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR – RESOLUÇÃO 12/2009

- APLICAÇÃO INEQUÍVOCA DO §1º E INCISO II TODOS DO ART.34 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JATAÍ 1/1990.
- APLICAÇÃO INEQUÍVOCA DO ART. 5º, INCISO III, ALÍNEAS A E B – ART. 6º, INCISO II, ALÍNEA B, ART.12, INCISO II, DA RESOLUÇÃO 12/2009 – CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

a) INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO PELA COMISSÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CASSAÇÃO DO MANDATO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O Representado no mérito da defesa prévia alega a incompetência do poder legislativo para o julgamento de atos de improbidade administrativa, aduzindo que tal competência se restringe ao poder judiciário, conforme a legislação vigente.

O Representado ainda aduz que a resolução bem como o regimento interno desta casa, trata das infrações de cunho político passíveis de perceber denuncia, mas não veicula nenhum ato praticado por ele que possa configurar quebra de decoro parlamentar, e que a representação nada aponta nesse sentido.

Ocorre Senhores membros do Conselho de Ética, que o vereador não está sendo julgado por esta Comissão por atos de improbidade administrativa, mas sim, pela prática de atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar.

Como visto acima, a Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa cumulada com Pedido de Tutela Cautelar de nº 5234771.57.2019.8.09.0093, aponta condutas praticadas pelo Representado que caracterizam atos de improbidade administrativa que importam em ENRIQUECIMENTO ILÍCITO e que CAUSAM LESÃO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Vejamos novamente trecho da descrição da conduta do parlamentar feita pelo Ministério Público:

*"Analisando as informações prestadas por todos esses servidores, observa-se que o vereador **Gildenício Francisco dos Santos**, enriqueceu e continua a enriquecer ilicitamente, por meio de seu cargo."*

Foram colhidos elementos no inquérito civil público 25/2014, que demonstraram que durante vários anos o vereador Gildenício Francisco dos Santos exigiu esses repasses dos servidores lotados em seu gabinete, acrescentando ao seu patrimônio, mediante a utilização ilícita de seu cargo, altos valores em dinheiro.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Agda Menezes de Freitas Maia declarou que trabalhou na presidência da Câmara por indicação de Gildenício. Mesmo sem trabalhar diretamente para Gildenício, durante todo o período em que ocupou cargo na Câmara, teve de fazer repasse de parte de sua remuneração para ele. De acordo com Agda, Gildenício justificava as solicitações de repasses dizendo que precisava remunerar pessoas que realizavam serviços externos de interesse do gabinete, inclusive seu próprio irmão, Jandis. Agda informou que ficava com pouco menos de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da remuneração e devolvia o restante para o vereador, ou seja, aproximadamente R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) por mês.

Agda acrescentou que, quando foi exonerada, teve de repassar até mesmo parte correspondente à rescisão, o que a deixou muito chateada, pois, tendo ficado desempregada, precisava daquele dinheiro.

No mesmo sentido foram as declarações de **Wericka Macedo Silva Ramos**, que trabalhou na Câmara de maio de 2013 a janeiro de 2014. Declarou que, desde que entrou no cargo, teve de entregar, por solicitação do vereador Gildenício, R\$ 700,00 (setecentos reais) a Jandis, irmão do vereador. Assim como Agda, Wericka declarou que Gildenício justificou que as solicitações teriam como objetivo remunerar Jandis por serviços prestados ao gabinete.

Poucos dias após prestar tais declarações, **Wericka compareceu espontaneamente no Ministério Público**, informando que foi abordada e até intimidada por Gildenício na igreja em que ambos frequentam. De acordo com Wericka, Gildenício a acusou em uma reunião da igreja de estar espalhando "fake news" para denegrir sua imagem e até de estar aliada ao vereador Thiago Maggione para prejudicá-lo. Além disso, Gildenício procurou outra servidora, Soeme, para tratar do mesmo assunto.

Luís Carlos Nunes, atualmente ocupante do cargo de chefe de gabinete do vereador Gildenício, declarou que começou a trabalhar na Câmara em janeiro de 2013. Informou que no início era assessor legislativo e em 2015 passou a ocupar o cargo de chefe, quando começou a fazer repasses ao vereador no valor que excede o do salário do assessor. Assim, atualmente, o servidor repassa um valor que varia entre R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais) e R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Soeme Rodrigues de Oliveira Garcia informou que não entrega parte de sua remuneração ao vereador, mas que ele chegou a solicitar a entrega de R\$ 400,00



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

(quatrocentos reais) sob o pretexto de ajudar em doações, mas ela recusou-se a aceitar tal proposta.

Alguns dias depois, **Soeme** compareceu perante o Ministério Público, informando que **Gildenício** esteve em sua casa após o primeiro depoimento, questionando-a a respeito do teor das declarações dela e da equipe, ao que ela respondeu que foi orientada a não comentar com ninguém a respeito do que havia declarado. Na ocasião, **Gildenício** questionou porque eles não se reuniram com ele antes para combinar o que seria dito na Promotoria, ao que **Soeme** respondeu que os assessores decidiram que seria melhor assim. Soube que o vereador procurou outros assessores para saber de seus depoimentos.

Analisando as informações prestadas por todos esses servidores, observa-se que o vereador **Gildenício Francisco dos Santos** enriqueceu e continua a enriquecer ilicitamente por meio de seu cargo.

Realizando um cálculo simples das devoluções, observa-se que **Gildenício** auferiu ao longo dos anos, com os repasses das servidoras **Agda Menezes de Freitas**, **Wericka Macedo Silva** e do servidor **Luis Carlos Nunes** uma quantia de aproximadamente R\$ 134.200,00.

Agda Menezes de Freitas trabalhou na Câmara de 1º de janeiro de 2014 a 1º de dezembro de 2014 e, durante esse período, repassou mensalmente R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Considerando que **Agda** teve de "repartir" seu acerto com o vereador, entregou no mínimo treze repasses. Assim, estima-se que tenha repassado aproximadamente R\$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

Wericka Macedo Silva começou a trabalhar na Câmara Municipal em 02 de maio de 2013 a janeiro de 2014, período em que fez repasses mensais de R\$ 700,00 (setecentos reais) ao vereador, ou seja, fez oito repasses, em um valor total de aproximadamente R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

O servidor **Luis Carlos Nunes**, desde que assumiu o cargo de chefe de gabinete, em 02 de janeiro de 2015, vem realizando repasses no valor que excede a remuneração do cargo de assessor legislativo. Embora as remunerações tenham sofrido algumas alterações, a diferença entre elas, e consequentemente o repasse, sempre foi de aproximadamente R\$



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

2.000,00 (dois mil reais), conforme dados da folha de pagamento fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos da Câmara (vide documentos anexos). Assim, estima-se que ele tenha realizado no mínimo 50 repasses no valor médio de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo a quantia total de aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

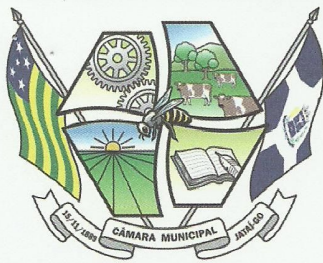
Tais depoimentos prestados no processo judicial de improbidade acima destacados, **foram submetidos ao contraditório perante este Conselho de Ética, que realizou em 19/09/2019 a oitiva de testemunhas, que RATIFICARAM os depoimentos prestados perante o Ministério Público nos autos do processo acima destacado.**

As condutas do parlamentar tipificaram-se então, em enriquecer-se ilicitamente por auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do seu cargo (conduta tipificada no artigo 9ª, inciso I, da Lei nº 8.429/92), e facilitar a incorporação ao seu patrimônio particular de valores integrantes do acervo patrimonial desta casa legislativa (conduta tipificada no artigo 10º, inciso I, da Lei nº 8.429/92).

Tais atos praticados pelo vereador ora representado durante tantos anos configura quebra de decoro parlamentar previsto no §1º do art. 34 da LOM.

O recebimento de vantagens ilícitas e imorais como está descrito ação judicial e que serve de fundamento para a representação, ainda mais quando levada a efeito durante tão longo período, configura quebra de decoro parlamentar e frustra a justa expectativa nutrida pelos cidadãos de que as pessoas eleitas pelo voto popular utilizem dos poderes que lhe são outorgados para o bem comum e não para aumentar o próprio patrimônio.

Desta feita, os fatos de autoria do vereador ora representado e objeto da investigação se amoldam perfeitamente à hipótese legal do §1º do art. 34 da LOM, consistindo em quebra de decoro parlamentar, não se tratando de julgamento por prática de atos de improbidade.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

b) DA COMPETÊNCIA DO PODER LEGISLATIVO PARA O JULGAMENTO DO PARLAMENTAR - ATO DE NATUREZA INTERNA *CORPORIS*

Como se sabe, muito embora tenha sido atribuído precipuamente ao Poder Judiciário o encargo jurisdicional, essa função também é exercida legitimamente, embora de forma atípica, pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Como também se sabe a prática de conduta pelos parlamentares que se afigure como procedimento que atente contra o decoro institucional será apurada no âmbito do Poder Legislativo, através de procedimento próprio, como o presente.

O artigo 1º da Res. 12/2009 desta câmara municipal, prevê que no exercício do seu mandato, o vereador atenderá às prescrições das Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica de Jataí, do Regimento Interno da Câmara e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Desse modo, é de interesse exclusivo desta casa legislativa definir os valores, as normas de condutas e as regras éticas aplicáveis a seus membros.

É também competência privativa desta casa legislativa decretar a perda do mandato dos vereadores. Vejamos a redação do artigo 30, inciso VIII, da Lei Orgânica 1/1990, deste município:

"Art. 30 - Compete, privativamente, à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:

(...)

VIII – decretar a perda do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores, nos casos indicados pela Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na legislação federal pertinente;"



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

A lei federal 6448/1977 que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, prevê que compete privativamente às Câmaras municipais, declarar a perda ou extinção de mandato, na forma regimental (artigo 22, inciso XI).

Agora vejamos o que prevê o Regimento Interno 2/2010 desta Câmara Municipal:

"Art. 55 – São obrigações e deveres do Vereador:

(...)

II – obedecer às normas regimentais e ao Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Jataí".

A prática de conduta ilícita pelo parlamentar acaba injustamente atingindo a própria respeitabilidade institucional desta Câmara de Vereadores residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de vereador, ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

A existência da prática dolosa de condutas indecorosas pelo Representado desmerece essa casa dos representantes e falta com respeito à dignidade do Poder Legislativo, de modo a expô-lo a críticas infundadas, injustas e irremediáveis, de forma inconveniente.

Assim, não restam dúvidas quanto à competência legislativa desta câmara municipal em processar e julgar o parlamentar que venha a praticar atos indecorosos que acabam por manchar a imagem desta casa de leis.

B) VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO VEREADOR REPRESENTADO



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

O vereador GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS, ora representado, de fato utilizou o cargo que foi investido para solicitar remuneração dos servidores lotados em seu gabinete, e agiu como se fosse o DONO DINHEIRO PÚBLICO.

Assim, a apuração de que o parlamentar tenha enriquecido ilicitamente e causado dano ao erário, acaba gerando a violação dos princípios que regem a Administração Pública, dentre eles os princípios da moralidade, da impessoalidade, e da honestidade, pois praticou atos visando fim proibido em lei, no nosso regulamento interno, e no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Independentemente de qual finalidade o vereador conferiu aos valores por ele angariados ilegalmente, o fato é que ao exigir parte das remunerações dos seus servidores, ele **VIOLOU GRAVEMENTE OS PRINCÍPIOS QUE DEVERIAM NORTEAR A SUA CONDUTA COMO AGENTE PÚBLICO.**

Nesse passo as condutas do Representado apuradas no inquérito civil público 25/2014 e tipificadas na Ação Civil Pública de Imposição de Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, confirmam a **LESÃO AO DECORO PARLAMENTAR.**

No caso em exame, após minuciosa análise dos fatos apurados, fica claro que os elementos de convicção angariados durante as investigações servem de supedâneo a presente acusação, pois confirmam a infringência aos diplomas normativos desta casa de leis.

As provas contidas nos autos da ação de improbidade administrativa não deixam nenhuma dúvida quanto ao cometimento de atos ímprobos, que configuram ato contrário ao decoro parlamentar.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Nesse passo, a conduta DOLOSA do Representado configura a QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, na forma do §1º do art.34 da LOM, e contempla a hipótese de cassação do seu mandato de vereador, não restando margem para raciocínio diverso.

Inclusive, a defesa prévia e nem mesmo as Alegações Finais elaboradas pelo Representado, não contestam a narrativa fática, os depoimentos dos servidores, e as demais provas apuradas no inquérito civil público e nos autos da ação de improbidade que lhe é movida. Em suas manifestações defensiva, utiliza apenas argumentos retóricos, circunstâncias e procedimentais, mas não desconstitui o conjunto fático probatório existente que comprometem a sua conduta ética moral.

Os atos do representado atingem diretamente todas as inserções sociais do sujeito - homem público - haja vista a necessidade de, em todas as circunstâncias da vida cotidiana, ter o mesmo uma conduta digna.

Infelizmente no presente caso as condutas ilícitas apuradas contra o vereador não foram decentes e fieis aos princípios morais e éticos, tendo ele agido em total desconformidade com aquilo que dele era esperado como homem público.

C) DA QUEBRA DE DECORO E A PERDA DO MANDATO

O conceito de decoro está dicionarizado, conforme o Aurélio, como "correção moral, compostura, decência, dignidade, nobreza, honradez, brio, pundonor". Atos incompatíveis com o decoro parlamentar são, evidentemente, todos os contrários àqueles princípios.

Segundo Alexandre de Moraes (2002, p. 416), a expressão decoro parlamentar pode ser compreendida como "o conjunto de regras legais e morais que devem reger a conduta dos parlamentares, no sentido de dignificação da nobre atividade legislativa".



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Para Pontes de Miranda: "decoro é comportamento, é imagem pública, é honra, é dignidade. Decoro parlamentar é obrigação de conteúdo moral e ético que não se confunde com aspectos criminais, embora deles possa decorrer".

No sistema da democracia representativa, tal qual o nosso, os parlamentares recebem do povo delegação para agirem em seu nome, são mandatários, devem aprovar as leis que interessem à sociedade, fiscalizar o poder executivo, exercer o controle orçamentário e financeiro dos gastos públicos, além de outras atribuições institucionais, sendo vedado a eles, e aos demais agentes públicos, se valerem da legislatura para pleitearem vantagens pessoais.

Ocorre que nem sempre os parlamentares se portam como deveriam, como ocorre no presente caso, onde o Representado desviou de sua missão constitucional e agiu de forma ilegítima ao solicitar e receber parte dos vencimentos dos servidores lotados em seu gabinete, denotando condutas incompatíveis com o decoro parlamentar.

Vejamos o que prevê a resolução 12/2009 acerca dos atos contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar:

"Art. 5º - Constituem faltas do Vereador contra a ética e o decoro parlamentar, no exercício de seu mandato:

(...)

III – quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais ilícitos, com recursos públicos, na forma orçamentária ou financeira;"

Assim há apuração de que as condutas ilícitas atribuídas ao parlamentar, além de caracterizarem atos de improbidade administrativa, DENOTAM AINDA A QUEBRA DO DECORO PARLAMENTAR, o que enseja a aplicação do artigo 12 da Resolução 12/2009 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), vejamos a sua redação:



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

"Art. 12 – A perda do mandato será aplicada a Vereador:

(...)

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Vejamos agora a redação do artigo 34, inciso II, e § 1º também da Lei Orgânica 1/1990:

"Art. 34 – Perderá o mandato o Vereador que:

(...)

II – tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais."

Fato é que os atos do vereador transgrediram o decoro parlamentar e revelaram-se graves, pois que o parlamentar recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Vejamos o voto do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, negando recurso do ex-ministro José Dirceu proferir voto negando recurso do ex-ministro José Dirceu, o ministro Celso de Mello assim se pronunciou:

"Os membros do poder legislativo, quando assim atuam, transgredem as exigências éticas que devem pautar e condicionar a atividade política, que só se legitima quando efetivamente respeitado o princípio da moralidade, que traduz valor constitucional de observância necessária na esfera institucional de qualquer dos poderes da república.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.

A imputação, a qualquer membro do Congresso Nacional, de atos que importem em transgressão ao decoro parlamentar revela-se fato que assume, perante o corpo de cidadãos, a maior gravidade, a exigir, por isso mesmo, por efeito de imposição ética



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

emanada de um dos dogmas essenciais da república, a plena apuração e o esclarecimento da verdade, tanto mais se se considerar que o parlamento recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais poderes.

Qualquer ato de ofensa ao decoro parlamentar culmina por atingir, injustamente, a própria respeitabilidade institucional do Poder Legislativo, residindo, nesse ponto, a legitimidade ético-jurídica do procedimento constitucional de cassação do mandato parlamentar, em ordem a excluir, da comunhão dos legisladores, aquele – qualquer que seja – que se haja mostrado indigno da magna função de representar o povo, ou de ostentar a condição de membro do congresso nacional, ou de formular a legislação da república ou, ainda, de controlar as instâncias governamentais de poder.

Não se poderá jamais ignorar que o princípio republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos – legisladores, magistrados, e administradores – são responsáveis perante a lei e a constituição, devendo expor-se, plenamente, às consequências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos.”

A apuração feita de que o Vereador Representado praticou atos imorais e antiéticos fez com que a relação entre a ética e a política ficassem totalmente distantes.

A conduta de utilizar o cargo de vereador para angariar parte das remunerações dos servidores, caracteriza vantagem pessoal enriquecimento ilícito, dano ao erário, constituindo um verdadeiro desrespeito aos recursos público, **enquadrando-se perfeitamente nas condutas previstas no §1º do art. 34 da LOM e do artigo 5º inciso III alíneas a e b do Código de Ética e Decoro Parlamentar desta casa legislativa.**

Os atos do vereador acabaram por atingir não só a sua própria honorabilidade, mas também, por extensão, a desta Câmara de Vereadores.

Assim, restando comprovado o cometimento de tais infrações, não há só a mácula pessoal, mas também a mácula institucional.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CONCLUSÃO E PEDIDOS FINAIS

No caso em tela, após minuciosa análise dos fatos e provas obtidos através do inquérito civil 25/2014 e da ação de improbidade administrativa nº 5234771.57.2019.8.09.0093, bem como da instrução e depoimentos prestados em audiência realizado por este Conselho de Ética, restou configurado que os atos praticados pelo vereador afastado são incompatíveis com o decoro parlamentar, uma verdadeira **LESÃO AO DECORO**, que se enquadram nas hipóteses previstas no §1º do art. 34 da LOM c/c 5º, inciso III, alíneas a e b, da resolução 12/2009 desta câmara de vereadores.

Desse modo, **FICA CONCLUÍDO PELA EXISTÊNCIA DO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO GRAVE AO DECORO PARLAMENTAR, DEVENDO SER CONSIDERADA PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO PARA O FIM DE DECRETAR A PERDA DO MANDATO DO VEREADOR GILDENÍCIO FRANCISCO DOS SANTOS**, nos termos do artigo 6ª, inciso II, alínea b e artigo 12, inciso II da Resolução 12/2009, e do artigo 30, VIII e 34, inciso II, e § 1º, da Lei Orgânica 1/1990, nos termos do seguinte projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº _____ DE 2019
CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ/GO, _____ de _____ de 2019.

Decreta a perda do Mandato do
Ver. Gildenício Francisco dos Santos

Art. 1º- É decretada a perda do mandato do Vereador Gildenício Francisco dos Santos, nos termos dos artigos 30, VIII e 34, inciso II, e § 1º, da Lei Orgânica 1/1990 do Município de Jataí, combinado com artigo 6ª, inciso II, alínea b e artigo 12, inciso II da Resolução 12/2009 (Código de Ética Parlamentar), da Câmara Municipal.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala do Conselho